

Valor: O valor do contrato passará de R\$ 35.100,00 (trinta e cinco mil e cem reais) para R\$ 46.800,00 (quarenta e seis mil e oitocentos reais).

Dotações: 20.10.26.122.3024.2100.3.3.90.39.00 – SMT.
Processo no: 2012-0.225.172-9

COMUNICADO Nº 01
CONCORRÊNCIA Nº 001/2015-SMT-GAB – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2015-0.051.567-8 – DELEGAÇÃO, POR CONCESSÃO, DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS, NA CIDADE DE SÃO PAULO, PARA O “GRUPO ESTRUTURAL”.

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO expede o presente aviso para comunicar a realização de alterações nos Anexos do Edital da Concorrência em tela, as quais neles se incorporam para todos os efeitos legais, quais sejam:

ANEXOS:
Anexo 4.8:
•Onde se lê:
“2.2.1. O índice de qualidade é determinado pela seguinte equação:
IQ = 0,50 ED + 0,10 FDF + 0,25 ICVr”
Leia-se:
“2.2.1. O índice de qualidade é determinado pela seguinte equação:
IQ = 0,50 ED + 0,10 FDF + 0,25 ICVr + 0,15”
•Incluir item 2.1.7.2 e subitem 2.1.7.2.1. com as seguintes redações :

“2.1.7.2. Os valores estabelecidos em P1 consideram 3 dias (21 horas) por ano por trabalhador de treinamento, que devem ser comprovados.”

“2.1.7.2.1. A medição de horas de treinamento deverá ser feita em cada aniversário do contrato. Caso não se comprove a totalidade das horas de treinamento, será aplicado um desconto na remuneração proporcional às horas não realizadas de treinamento.”

Anexo VIII – 8-A Minuta do Contrato:
•Na Cláusula Sétima, item 7.4:
•Onde se lê:
“7.4. A remuneração básica pela operação dos equipamentos de transferência (terminais e estações) é de R\$ 17.491.784 por mês e será rateada entre os operadores conforme os percentuais estabelecidos no item 7.3 (% PCO), e metodologia definida no Anexo IV, Item 4.8 – Metodologia de Remuneração e Anexo 9.1 – Manual para Preenchimento do Fluxo de Caixa.”
Leia-se:

“7.4. A remuneração básica pela operação dos equipamentos de transferência (terminais e estações) é de R\$ 16.855.905 por mês e será rateada entre os operadores conforme os percentuais estabelecidos no item 7.3 (% PCO), e metodologia definida no Anexo IV, Item 4.8 – Metodologia de Remuneração e Anexo 9.1 – Manual para Preenchimento do Fluxo de Caixa.”

Anexo 9.1 – Instruções para elaboração das propostas

•No item 2.3, substituir a tabela “% participação no CCO e terminais e estações de transferência”, a ser utilizada no preenchimento do Quadro 34, pela tabela a seguir:

Lote	% de participação no CCO e terminais e estações de transferência
E1	9,018%
E2	10,477%
E3	7,534%
E4	10,541%
E5	1,993%
AR0	2,779%
AR1	3,232%
AR2	5,042%
AR3	3,507%
AR4	3,730%
AR5	1,436%
AR6	3,746%
AR7	3,180%
AR8	2,235%
D1	3,588%
D2	2,943%
D3	2,459%
D4	2,020%
D5	3,220%
D6	1,590%
D7	2,216%
D8	1,594%
D9	2,714%
D10	3,357%
D11	3,650%
D12	1,383%
D13	0,816%

•Nas instruções para preenchimento dos quadros 4A a 4H, “Cronograma de Formação da Frota”, onde se lê:
“Para os veículos do tipo trólebus, deve ser considerado o valor da planilha de investimento inicial para trólebus o presente no Anexo 4.8 –Metodologia de Remuneração, cujo saldo final do valor histórico deverá ser indenizado ao poder público, adicionando-se R\$ 45.000,00 por veículo com ar condicionado para equalização da proposta. Entre o 12º e 13º ano do contrato deverá ser previsto a renovação da frota trólebus.”

Leia-se:
“Para os veículos do tipo trólebus, deve ser considerado o valor da planilha de investimento inicial para trólebus presente no Anexo 9.3 – Estudo de Viabilidade, de R\$64.831.440, cujo saldo final do valor histórico atualizado deverá ser indenizado ao poder público, adicionando-se o custo de aquisição, conforme necessidade, de frota trólebus zero quilômetros e mais R\$45.000,00 por veículo referente ao custo de ar condicionado para equalização da proposta.

Entre o 12º e 13º ano do contrato, deverá ser prevista a renovação da frota trólebus usada que iniciou a operação do contrato.”

Anexo 9.3 – Estudo de Viabilidade
•No item 9.1.1. Investimento em frota de ônibus, onde se lê:

“Para os trólebus, o investimento consiste na aquisição dos veículos que já se encontram em operação e que consistiam em bens reversíveis no contrato de concessão 037/07-SMT.GAB, caducado em 2013 antes do prazo final do contrato, que seria em 2017. Com isso, o valor considerado da frota de 192 trólebus na data de referência de 01/05/2015, a preços históricos, foi de R\$ 59.579.943, e com correção .”

Leia-se:
“Para os trólebus, o investimento consiste na aquisição dos veículos que já se encontram em operação e que consistiam em bens reversíveis no contrato de concessão 037/07-SMT.GAB, caducado em 2013 antes do prazo final do contrato, que seria em 2017. Com isso, o valor considerado da frota de 192 trólebus na data de referência de 01/05/2015, a preços históricos, foi de R\$ 59.579.943, e com correção a preços de maio/15, R\$64.831.440.

Adicionalmente, também foi considerado o investimento necessário em 36 veículos trólebus novos de acordo com a necessidade operacional”

Anexo VII – 7-A
•No item 7.2.2.3. Terminal de Dados do Motorista:
Item 73 do Quadro “Funcionalidades Básicas”:
Onde se lê: “Em caso de falhas da UCP o Terminal de Dados do Motorista deverá alertar o CCO através de sua comunicação 3G/4G.”

Leia-se: “Em caso de falhas da UCP o Terminal de Dados do Motorista deverá alertar o motorista através do visor, imediatamente a perda de conexão com a UCP.”

•O item 7.2.2.3. Terminal de Dados do Motorista:
Item 79 do Quadro “Características do Equipamento”:
Onde se lê: “Portas Comunicação:
Mínimo: 1 serial RS - 232;
Mínimo 1 USB;
3G/4G;
WIFI;
Ethernet 100/1000”;
Leia-se: “Portas Comunicação:
Mínimo: 1 serial RS - 232;
Mínimo 1 USB;
Ethernet 100/1000”.

Considerando que o conteúdo do presente comunicado não altera a data de entrega e abertura dos envelopes, fica mantida a seguinte data:

Entrega dos Envelopes: nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Proposta Comercial
Data: dia 18/11/2015 até às 13h.
Endereço: Rua Boa Vista, nº 136, 5º andar - Centro – SP.
Abertura do Envelope: nº 01 – Documentos de Habilitação.

Data: 18/11/2015 às 14h.
Endereço: Rua Boa Vista, nº 136, 5º andar - Centro – SP. São Paulo, 16 de outubro de 2015.
Paulo de Moraes Bourroul
Procurador do Município – OAB/SP nº 93.133
Chefe da Assessoria Jurídica da SMT
Presidente da Comissão Especial de Licitação

COMUNICADO Nº 01
CONCORRÊNCIA Nº 002/2015-SMT-GAB – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2015-0.051.569-4 – DELEGAÇÃO, POR CONCESSÃO, DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS, NA CIDADE DE SÃO PAULO, PARA O “GRUPO LOCAL DE ARTICULAÇÃO REGIONAL”.

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO expede o presente aviso para comunicar a realização de alterações nos Anexos do Edital da Concorrência em tela, as quais neles se incorporam para todos os efeitos legais, quais sejam:

ANEXOS:
Anexo 4.8:
Onde se lê:
“2.2.1. O índice de qualidade é determinado pela seguinte equação:
IQ = 0,50 ED + 0,10 FDF + 0,25 ICVr”
Leia-se:
“2.2.1. O índice de qualidade é determinado pela seguinte equação:
IQ = 0,50 ED + 0,10 FDF + 0,25 ICVr + 0,15”
•Incluir item 2.1.7.2 e subitem 2.1.7.2.1. com as seguintes redações :

“2.1.7.2. Os valores estabelecidos em P1 consideram 3 dias (21 horas) por ano por trabalhador de treinamento, que devem ser comprovados.”

“2.1.7.2.1. A medição de horas de treinamento deverá ser feita em cada aniversário do contrato. Caso não se comprove a totalidade das horas de treinamento, será aplicado um desconto na remuneração proporcional às horas não realizadas de treinamento.”

Anexo VIII – 8-A Minuta do Contrato:
•Na Cláusula Sétima, item 7.4:
•Onde se lê:

“7.4. A remuneração básica pela operação dos equipamentos de transferência (terminais e estações) é de R\$ 17.491.784 por mês e será rateada entre os operadores conforme os percentuais estabelecidos no item 7.3 (% PCO), e metodologia definida no Anexo IV, Item 4.8 – Metodologia de Remuneração e Anexo 9.1 – Manual para Preenchimento do Fluxo de Caixa.”
Leia-se:
“7.4. A remuneração básica pela operação dos equipamentos de transferência (terminais e estações) é de R\$ 16.855.905 por mês e será rateada entre os operadores conforme os percentuais estabelecidos no item 7.3 (% PCO), e metodologia definida no Anexo IV, Item 4.8 – Metodologia de Remuneração e Anexo 9.1 – Manual para Preenchimento do Fluxo de Caixa.”

Anexo 9.1 – Instruções para elaboração das propostas

•No item 2.3, substituir a tabela “% participação no CCO e terminais e estações de transferência”, a ser utilizada no preenchimento do Quadro 34, pela tabela a seguir:

Lote	% de participação no CCO e terminais e estações de transferência
E1	9,018%
E2	10,477%
E3	7,534%
E4	10,541%
E5	1,993%
AR0	2,779%
AR1	3,232%
AR2	5,042%
AR3	3,507%
AR4	3,730%
AR5	1,436%
AR6	3,746%
AR7	3,180%
AR8	2,235%
D1	3,588%
D2	2,943%
D3	2,459%
D4	2,020%
D5	3,220%
D6	1,590%
D7	2,216%
D8	1,594%
D9	2,714%
D10	3,357%
D11	3,650%
D12	1,383%
D13	0,816%

•Nas instruções para preenchimento dos quadros 4A a 4H, “Cronograma de Formação da Frota”, onde se lê:
“Para os veículos do tipo trólebus, deve ser considerado o valor da planilha de investimento inicial para trólebus o presente no Anexo 4.8 –Metodologia de Remuneração, cujo saldo final do valor histórico deverá ser indenizado ao poder público, adicionando-se R\$ 45.000,00 por veículo com ar condicionado para equalização da proposta. Entre o 12º e 13º ano do contrato deverá ser previsto a renovação da frota trólebus.”

Leia-se:
“Para os veículos do tipo trólebus, deve ser considerado o valor da planilha de investimento inicial para trólebus presente no Anexo 9.3 – Estudo de Viabilidade, de R\$64.831.440, cujo saldo final do valor histórico atualizado deverá ser indenizado ao poder público, adicionando-se o custo de aquisição, conforme necessidade, de frota trólebus zero quilômetros e mais R\$45.000,00 por veículo referente ao custo de ar condicionado para equalização da proposta.
Entre o 12º e 13º ano do contrato, deverá ser prevista a renovação da frota trólebus usada que iniciou a operação do contrato.”

Anexo 9.3 – Estudo de Viabilidade
•No item 9.1.1. Investimento em frota de ônibus, onde se lê:

“Para os trólebus, o investimento consiste na aquisição dos veículos que já se encontram em operação e que consistiam em bens reversíveis no contrato de concessão 037/07-SMT.GAB, caducado em 2013 antes do prazo final do contrato, que seria em 2017. Com isso, o valor considerado da frota de 192 trólebus na data de referência de 01/05/2015, a preços históricos, foi de R\$ 59.579.943, e com correção .”

Leia-se:
“Para os trólebus, o investimento consiste na aquisição dos veículos que já se encontram em operação e que consistiam em bens reversíveis no contrato de concessão 037/07-SMT.GAB, caducado em 2013 antes do prazo final do contrato, que seria em 2017. Com isso, o valor considerado da frota de 192 trólebus na data de referência de 01/05/2015, a preços históricos, foi de R\$ 59.579.943, e com correção a preços de maio/15, R\$64.831.440.

Adicionalmente, também foi considerado o investimento necessário em 36 veículos trólebus novos de acordo com a necessidade operacional”

Anexo VII – 7-A
•No item 7.2.2.3. Terminal de Dados do Motorista:
Item 73 do Quadro “Funcionalidades Básicas”:
Onde se lê: “Em caso de falhas da UCP o Terminal de Dados do Motorista deverá alertar o CCO através de sua comunicação 3G/4G.”

Leia-se: “Em caso de falhas da UCP o Terminal de Dados do Motorista deverá alertar o motorista através do visor, imediatamente a perda de conexão com a UCP.”

•O item 7.2.2.3. Terminal de Dados do Motorista:
Item 79 do Quadro “Características do Equipamento”:
Onde se lê: “Portas Comunicação:
Mínimo: 1 serial RS - 232;
Mínimo 1 USB;
3G/4G;
WIFI;
Ethernet 100/1000”;
Leia-se: “Portas Comunicação:
Mínimo: 1 serial RS - 232;
Mínimo 1 USB;
Ethernet 100/1000” .

Considerando que o conteúdo do presente comunicado não altera a data de entrega e abertura dos envelopes, fica mantida a seguinte data:

Entrega dos Envelopes: nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Proposta Comercial
Data: dia 19/11/2015 até às 08h.
Endereço: Rua Boa Vista, nº 136, 5º andar - Centro – SP.
Abertura do Envelope: nº 01 – Documentos de Habilitação.

Data: 19/11/2015 às 09h.
Endereço: Rua Boa Vista, nº 136, 5º andar - Centro – SP. São Paulo, 16 de outubro de 2015.
Paulo de Moraes Bourroul
Procurador do Município – OAB/SP nº 93.133
Chefe da Assessoria Jurídica da SMT
Presidente da Comissão Especial de Licitação

COMUNICADO Nº 01
CONCORRÊNCIA Nº 003/2015-SMT-GAB – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2015-0.051.573-2 – DELEGAÇÃO, POR CONCESSÃO, DA PRESTAÇÃO E EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO DE PASSAGEIROS, NA CIDADE DE SÃO PAULO, PARA O “GRUPO LOCAL DE DISTRIBUIÇÃO”.

A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO expede o presente aviso para comunicar a realização de alterações nos Anexos do Edital da Concorrência em tela, as quais neles se incorporam para todos os efeitos legais, quais sejam:

ANEXOS:
Anexo 4.8:
Onde se lê:
“2.2.1. O índice de qualidade é determinado pela seguinte equação:
IQ = 0,50 ED + 0,10 FDF + 0,25 ICVr”
Leia-se:
“2.2.1. O índice de qualidade é determinado pela seguinte equação:
IQ = 0,50 ED + 0,10 FDF + 0,25 ICVr + 0,15”
•Incluir item 2.1.7.2 e subitem 2.1.7.2.1. com as seguintes redações :

“2.1.7.2. Os valores estabelecidos em P1 consideram 3 dias (21 horas) por ano por trabalhador de treinamento, que devem ser comprovados.”

“2.1.7.2.1. A medição de horas de treinamento deverá ser feita em cada aniversário do contrato. Caso não se comprove a totalidade das horas de treinamento, será aplicado um desconto na remuneração proporcional às horas não realizadas de treinamento.”

Anexo VIII– 8-A Minuta do Contrato:
•Na Cláusula Sétima, item 7.3, na tabela “% PCO” para o lote D13:

Onde se lê:
“0,815%”
Leia-se:
“0,816%”
•Na cláusula Sétima, item 7.4:
•Onde se lê:

“7.4. A remuneração básica pela operação dos equipamentos de transferência (terminais e estações) é de R\$ 17.491.784 por mês e será rateada entre os operadores conforme os percentuais estabelecidos no item 7.3 (% PCO), e metodologia definida no Anexo IV, Item 4.8 – Metodologia de Remuneração e Anexo 9.1 – Manual para Preenchimento do Fluxo de Caixa.”
Leia-se:

“7.4. A remuneração básica pela operação dos equipamentos de transferência (terminais e estações) é de R\$ 16.855.905 por mês e será rateada entre os operadores conforme os percentuais estabelecidos no item 7.3 (% PCO), e metodologia definida no Anexo IV, Item 4.8 – Metodologia de Remuneração e Anexo 9.1 – Manual para Preenchimento do Fluxo de Caixa.”

Anexo 9.1– Instruções para elaboração das propostas
•No item 2.3, substituir a tabela “% participação no CCO e terminais e estações de transferência”, a ser utilizada no preenchimento do Quadro 34, pela tabela a seguir:

Lote	% de participação no CCO e terminais e estações de transferência
E1	9,018%
E2	10,477%
E3	7,534%
E4	10,541%
E5	1,993%
AR0	2,779%
AR1	3,232%
AR2	5,042%
AR3	3,507%
AR4	3,730%
AR5	1,436%
AR6	3,746%
AR7	3,180%
AR8	2,235%
D1	3,588%
D2	2,943%
D3	2,459%
D4	2,020%

D5	3,220%
D6	1,590%
D7	2,216%
D8	1,594%
D9	2,714%
D10	3,357%
D11	3,650%
D12	1,383%
D13	0,816%

•Nas instruções para preenchimento dos quadros 4A a 4H, “Cronograma de Formação da Frota”, onde se lê:

“Para os veículos do tipo trólebus, deve ser considerado o valor da planilha de investimento inicial para trólebus o presente no Anexo 4.8 –Metodologia de Remuneração, cujo saldo final do valor histórico deverá ser indenizado ao poder público, adicionando-se R\$ 45.000,00 por veículo com ar condicionado para equalização da proposta. Entre o 12º e 13º ano do contrato deverá ser previsto a renovação da frota trólebus.”

Leia-se:
“Para os veículos do tipo trólebus, deve ser considerado o valor da planilha de investimento inicial para trólebus presente no Anexo 9.3 – Estudo de Viabilidade, de R\$64.831.440, cujo saldo final do valor histórico atualizado deverá ser indenizado ao poder público, adicionando-se o custo de aquisição, conforme necessidade, de frota trólebus zero quilômetros e mais R\$45.000,00 por veículo referente ao custo de ar condicionado para equalização da proposta.

Entre o 12º e 13º ano do contrato, deverá ser prevista a renovação da frota trólebus usada que iniciou a operação do contrato.”

Anexo 9.3 – Estudo de Viabilidade
•No item 9.1.1. Investimento em frota de ônibus, onde se lê:

“Para os trólebus, o investimento consiste na aquisição dos veículos que já se encontram em operação e que consistiam em bens reversíveis no contrato de concessão 037/07-SMT.GAB, caducado em 2013 antes do prazo final do contrato, que seria em 2017. Com isso, o valor considerado da frota de 192 trólebus na data de referência de 01/05/2015, a preços históricos, foi de R\$ 59.579.943, e com correção .”

Leia-se:
“Para os trólebus, o investimento consiste na aquisição dos veículos que já se encontram em operação e que consistiam em bens reversíveis no contrato de concessão 037/07-SMT.GAB, caducado em 2013 antes do prazo final do contrato, que seria em 2017. Com isso, o valor considerado da frota de 192 trólebus na data de referência de 01/05/2015, a preços históricos, foi de R\$ 59.579.943, e com correção a preços de maio/15, R\$64.831.440.

Adicionalmente, também foi considerado o investimento necessário em 36 veículos trólebus novos de acordo com a necessidade operacional”

Anexo VII – 7-A
•No item 7.2.2.3. Terminal de Dados do Motorista:
Item 73 do Quadro “Funcionalidades Básicas”:
Onde se lê: “Em caso de falhas da UCP o Terminal de Dados do Motorista deverá alertar o CCO através de sua comunicação 3G/4G.”

Leia-se: “Em caso de falhas da UCP o Terminal de Dados do Motorista deverá alertar o motorista através do visor, imediatamente a perda de conexão com a UCP.”

•No Item 7.2.2.3. Terminal de Dados do Motorista:
Item 79 do Quadro “Características do Equipamento”:
Onde se lê: “Portas Comunicação:
Mínimo: 1 serial RS - 232;
Mínimo 1 USB;
3G/4G;
WIFI;
Ethernet 100/1000”;
Leia-se: “Portas Comunicação:
Mínimo: 1 serial RS - 232;
Mínimo 1 USB;
Ethernet 100/1000” .

Considerando que o conteúdo do presente comunicado não altera a data de entrega e abertura dos envelopes, fica mantida a seguinte data:

Entrega dos Envelopes: nº 01 - Documentos de Habilitação e nº 02 - Proposta Comercial
Data: dia 19/11/2015 até às 13h.
Endereço: Rua Boa Vista, nº 136, 5º andar - Centro – SP.
Abertura do Envelope: nº 01 – Documentos de Habilitação.

Data: 19/11/2015 às 14h.
Endereço: Rua Boa Vista, nº 136, 5º andar - Centro – SP. São Paulo, 16 de outubro de 2015.
Paulo de Moraes Bourroul
Procurador do Município – OAB/SP nº 93.133
Chefe da Assessoria Jurídica da SMT
Presidente da Comissão Especial de Licitação

VERDE E MEIO AMBIENTE

GABINETE DO SECRETÁRIO

REPUBLICADO POR INCORREÇÕES
ATA DE DELIBERAÇÃO
PREGÃO Nº 14/SVMA/2015
PROCESSO ADMINISTRATIVO n.º 2014-0.130.820-8
OBJETO: Contratação de serviço de monitoramento da dosimetria pessoal dos técnicos que manipulam aparelho de RX do Centro de Manejo e Conservação de Animais Silvestres.
Aos 31 dias do mês de agosto de 2015, às 14h00, reuniram-se os membros da CPL-4, instituída pela Portaria nº 89/SVMA.G/2014, para análise e proposição das alterações do edital tratado no presente, em face do teor da impugnação interposta pela empresa PRO-RAD CONSULTORES EM RADIOPROTEÇÃO S/S LTDA. Conforme manifestação encartada nos autos da Unidade Requisitante, a qual esclarece da necessidade de constar no ato convocatório, que as empresas participantes devem ter registro junto ao CENEN – Comissão Nacional de Energia Nuclear, com autorização em vigor, conforme estabelece as seguintes normas: **a) Norma 3.01 da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CENEN) Resolução 164/14 março de 2014** , que estabelece os requisitos básicos de proteção radiológica das pessoas em relação à exposição à radiação ionizante e **b) Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho NR-32**, que tem por finalidade estabelecer as diretrizes básicas para a implantação de medidas de proteção à segurança e a saúde dos trabalhadores dos serviços de Saúde, bem como daqueles que exercem atividades de promoção e assistência à saúde em geral –especificamente os artigo 32.4 , 32.41 até 32.412. Neste sentido, o atendimento as normas “a” e “b”, acarreta que as empresas estão regulares também perante as **Portaria 453/1998** do Ministério da Saúde, que Aprova o regulamento técnico que estabelece as diretrizes básicas de proteção radiológica em radiodiagnostico médico odontológico e dispõe sobre uso de Raio X diagnostico em todo o território nacional e da outras providências, e **Portaria 2755/2012 e seus anexos II, III e IV, da Secretaria Municipal da Saúde –COVISA**, que disciplina os procedimentos necessários à inscrição de estabelecimentos e equipamentos de interesse da Saúde no Cadastro Municipal de Vigilância em Saúde-CMVS, entre outros. Diante disso, esta Comissão, resolve propor as seguintes alterações no Edital: **I) Retificar o edital, no seu**

